

## EDITORIAL

Coube-me a tarefa, na qualidade de membro do Conselho Editorial da revista Direitos, Trabalho e Política Social (RDTPS), de elaborar a apresentação de sua 12ª edição que tem como tema **“Pandemia e crises: impactos nas políticas sociais do trabalho, saúde e habitação”**, para o qual foram aceitos doze artigos. Foram acolhidos, ainda, mais sete artigos com temas livres, porém relacionados aos assuntos que fazem parte das discussões diuturnamente travadas no espaço em que nasceu a revista, ou seja, nos cursos de graduação e de pós-graduação em direito e em serviço social da UFMT.

Ainda compõem a presente edição três resenhas e uma entrevista, esta última realizada pela Editora da RDTPS, a Profa. Dra. Marluce Souza e Silva, com a Profa. Dra. Andreia de Oliveira, docente do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UNB).

Da mesma forma que a edição anterior, como não poderia deixar de ser diferente, os artigos que fazem parte da 12ª edição, em sua maioria, giram em torno dos diversos efeitos da pandemia da covid-19, agora buscando analisá-los sob a ótica de seus impactos nas políticas sociais, em especial àquelas relacionadas à saúde, ao trabalho e à habitação.

Os artigos aceitos para publicação trazem discussões imprescindíveis para o entendimento a cerca da situação vivenciada pela população brasileira, em especial a sua parcela mais vulnerável, aí incluídos os trabalhadores de baixa renda, atingida por consequências perversas da pandemia, em um cenário já marcado pela miséria,

pelo desemprego, pela informalidade e pela precarização das relações de trabalho.

No momento da publicação da 12ª edição da RDTPS, veio a público o número absurdo de 13,9 milhões de desempregados no Brasil, apurado pelo IBGE. Ainda nesse cenário desolador, há que se registrar o número recorde de pessoas subutilizadas (que poderiam ou gostariam de trabalhar mais horas) ou desalentadas (que desistiram de procurar emprego em face das condições do mercado de trabalho). Isso resultado da crise econômica que já estava presente no país, mas que tomou proporções inimagináveis em decorrência da pandemia e da necessidade de distanciamento social para o controle da disseminação do vírus, o qual paralisou várias atividades produtivas.

A falta de emprego e de alternativas de obtenção de renda levou milhões de pessoas à pobreza absoluta e à fome, tornando urgente a atuação firme do Estado na implementação de políticas públicas para, se não reverter, pelo menos minimizar os impactos catastróficos da pandemia. Entretanto, neste sentido não se tem qualquer solução à vista, já que à crise sanitária e à crise econômica soma-se também a crise política, inexistindo uma condução firme e coerente por parte do governo central para o combate da pandemia e de seus efeitos, pelo contrário, o que se vê é apenas um negacionismo e um desserviço à nação por parte de seus dirigentes.

Assim, espero e acredito que as fundamentadas e abalizadas discussões trazidas pelos artigos aceitos para publicação na 12ª edição da RDTPS, além de traçarem um amplo panorama dos resultados das crises decorrentes da pandemia de covid-19, trazem elementos que podem ajudar a combatê-las.

O primeiro artigo, que compõe o eixo temático do presente número, tem como título **“A moradia e a pandemia: habitação no contexto da crise sanitária de Covid-19”** e como autoras Betina Ahlert, Karine Lima Moreira e Kassya Lanuse de Oliveira Leles. As autoras se propõem a discutir a moradia em tempos de pandemia. Apontam que as situações por esta trazidas têm agudizado a desigualdade e a pobreza nas metrópoles brasileiras, o que tem levado à impossibilidade de manutenção de pagamento de aluguéis por parte das famílias. Afirmam que tal fato não tem sido considerado pelo Poder Judiciário brasileiro, o qual tem procedido com várias medidas de reintegração de posse, o que exige atuação conjunta dos atores sociais.

Ana Paula Ornellas Mauriel, autora do segundo artigo do eixo temático, **“Crise, pandemia e suas manifestações no Brasil”**, traz em seu trabalho a discussão sobre os desafios que se apresentam para o enfrentamento dos reflexos da pandemia no Brasil, destacando as implicações das medidas correlatas para a classe trabalhadora. Afirmam que tais medidas são expressões da política governamental atrelada ao projeto neoliberal em prática, que tem como norte a expropriação de direitos.

Ainda na primeira parte da RDTPS, Isabella Santos Corrêa, Leonardo Costa Miranda Mônica de Melo Medeiros apresentam o artigo **“A questão habitacional na Amazônia e impactos da Covid-19”**, no qual analisam aspectos relacionados ao impacto da covid-19 na vida dos trabalhadores e trabalhadoras menos favorecidos das cidades da Amazônia. Destacam, em especial, a questão habitacional, concluindo que o ultraliberalismo e o neoconservadorismo impactam sobremaneira a questão habitacional na Amazônia, que

já é bastante precária. Apontam, da mesma forma que os artigos anteriores, a urgência da ampliação das lutas populares em defesa dos direitos humanos mais elementares.

A possibilidade da aplicação dos institutos da compensação e da prorrogação de jornada de trabalho em tempos de pandemia, sob a ótica do direito à saúde, é a discussão trazida por Guilherme Sebalhos Ritzel no artigo **“O direito à saúde nas relações de trabalho: uma observação crítica sobre compensação e prorrogação de jornada de trabalho em atividades insalubres em tempos de pandemia”**. O autor defende que as normas constitucionais que tratam da limitação da jornada e do direito dos trabalhadores à redução dos riscos no meio ambiente laboral devem prevalecer como diretrizes para o tratamento da matéria, ainda mais no período da pandemia do covid-19, quando as preocupações com a salubridade do meio devem ser priorizadas ao máximo.

O trabalho da mulher na modalidade do teletrabalho durante a pandemia da covid-19 é o **tema central** do artigo intitulado **“Os impactos psicossociais da utilização do teletrabalho durante a pandemia no trabalho da mulher”**, de autoria de Vanessa Rocha Ferreira e Kaio do Nascimento Rodrigues. Os autores, além de apresentarem os elementos característicos do teletrabalho, constatam que, para as mulheres, a adoção dessa forma de labor durante a pandemia potencializou os problemas relacionados à divisão sexual das atividades domésticas, evidenciando a necessidade de implementação de políticas públicas que garantam a equidade de gênero, que minimizem a discriminação e que propiciem o bem-estar social.

Hiago Trindade, em seu artigo **“Trabalhadores no contexto de pandemia: o que dizem as notícias?”**, também contemplando o

eixo temático deste número da RDTPS, busca demonstrar que a pandemia do novo coronavírus acelerou as alterações no mundo do trabalho, já em curso antes de seu advento, as quais tiveram o condão de atingir fortemente a parcela de trabalhadores mais vulneráveis, ocasionando mais desemprego, mais informalidade e mais redução dos padrões de proteção social.

Por sua vez, o artigo de Thamiris Siqueira Cunha e Suzi Mayara da Costa Freire, com o título **“Apreensões sobre a política nacional de atenção integral à saúde da mulher no contexto da residência em saúde”**, busca, a partir da reflexão sobre as práticas adotadas em programa de residência em saúde multidisciplinar, contribuir para o desencadeamento de discussões e para o desenvolvimento de estratégias sobre políticas sociais, em especial para a saúde da mulher, observando a conjuntura política, econômica e social delineada pela crise estrutural do capital, crise sanitária de pandemia e covid-19.

O artigo **“Trabalho, saúde e direito: formalização do trabalho precário e pandemia do novo coronavírus”**, subscrito por Marina Batista Chaves Azevedo de Souza e Daniela da Silva Rodrigues, repercute as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores durante a pandemia, as quais, para as autoras, são reflexos das crises do capitalismo que nesse momento afloraram com maior intensidade e exposição. Além disso, focam em dois pontos que entendem importantes: a falta de investimento em saúde pública e em proteção social e os óbices na implementação de normas e de estratégias oriundas do Poder Público relacionadas à saúde, ao direito e à segurança no trabalho.

**“A economia política da dependência e da superexploração do trabalho: o impacto das tecnologias e do desmanche das**

**políticas públicas em tempos de financeirização e pandemia”** é o título do artigo de autoria de Marcelo Gonçalves Marcelino, aprovado para a 12ª edição da RDTPS. O trabalho nos fornece elementos para refletirmos sobre o quanto a dependência e a superexploração dos trabalhadores nos países periféricos se tornaram mais agudas e evidentes com os impactos da pandemia da covid-19, processos que já estavam em curso principalmente em decorrência da implantação das novas tecnologias de informação, de comunicação e de robótica resultantes da Indústria 4.0, cujos benefícios foram, segundo o autor, apropriados pela classe dominante nacional e internacional em detrimento dos interesses dos demais integrantes da sociedade brasileira.

Renan Costa Valle Scarano e Tiago Lemões da Silva submeteram ao crivo da RDTPS o artigo intitulado **“Direitos humanos para quais humanos? Um diálogo transversal entre as noções de biopolítica, tanatopolítica e necropolítica”**, o qual foi aceito para compor a primeira parte da revista. Os autores refletem sobre os limites e as possibilidades da garantia dos direitos humanos para certas parcelas da população que são atingidas por políticas marcadas pela violência estatal, buscando entrecruzar os conceitos de biopoder, tanatopolítica e necropolítica com as questões vivenciadas pelas pessoas mencionadas. Questionam, de forma crítica, a amplitude e a eficácia dos direitos humanos diante das seletividades adotadas pelo poder estatal, o qual vai escolher os merecedores do tratamento humano e digno.

Já as autoras Beatriz Borges Brambilla e Maria da Graça Marchina Gonçalves nos brindam com o texto que tem como título **“Contradições das políticas sociais: dos direitos sociais à guerra contra indisciplina”**, no qual buscam compreender a contradição

entre a ampliação dos direitos sociais e o acesso às políticas sociais como estratégias de obtenção de melhores condições de vida a toda a população e o seu uso para a normatização, para o controle e para a disciplina da parcela mais vulnerável da população pelo Estado.

O último artigo da sessão do eixo temático da 12ª edição da RDTPS é de autoria de Cristiane Natalício de Souza, apresentado com o título **“Reinvenção da flexibilização do trabalho na fronteira entre tradição e modernidade”**. A autora apresenta uma pesquisa a partir da observação dos fatos ocorridos em uma tecelagem, contrapondo posições dos autores Anthony Giddens e Ricardo Antunes, concluindo que os poderes recriados pela tradição podem revelar múltiplas tensões e rupturas do trabalho subordinado à lógica da sociabilidade.

Na sequência, a 12ª edição da RDTPS traz três resenhas. A primeira, de autoria de Raisa Rachid Jaudy, apresenta os principais aspectos da obra de Felipe Demier, **“Crônicas do caminho do caos: democracia blindada, golpe e fascismo no Brasil atual”**, publicada pela Editora Mauad X, em 2019. Já a segunda, apresentada por Cleudiaude Martins Lopes, discorre sobre a obra **“O Trabalho Sob Fogo Cruzado”**, de Ricardo Antunes, lançada em 2020 pela Editora Boitempo. A terceira resenha, de autoria de Gisele Marques Lopes e de Edjane da Silva Barbosa Corrêa, aborda a obra **“Autoritarismo contra a Universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública”**, de Roberto Leher, cuja editora é a Expressão Popular, publicada em 2019.

Na parte de temas livres, foram aceitos, como mencionado, sete artigos para comporem a 12ª edição da RDTPS. O primeiro deles, de autoria de Maira de Souza Almeida, tem como título **“A cons-**

**titucionalidade da via arbitral para dirimir conflitos individuais trabalhistas”**, discute a constitucionalidade da Lei n.º 13.467/2017, que implementou a Reforma Trabalhista, no tocante aos dispositivos que permitiram a adoção da arbitragem de conflitos individuais quando envolverem os chamados altos empregados ou hipersuficientes.

O segundo artigo de temática livre é de autoria de Alan Vagner Schmidel e de Lisiane Valéria Linhares Schmidel, que pretendem, por meio do artigo **“Entendendo o ativismo judicial a partir da doutrina do *active avoidance*”**, desvendar o fenômeno do ativismo judicial e a cultura de precedentes que vem sendo adotada no Brasil. Para tanto, buscam os seus elementos em sua origem, o sistema de *common law* norte-americano, concluindo que aqui estes são replicados em uma necessária sistematização metodológica, o que causa confusão no que diz respeito a sua natureza jurídica.

Osmar Gomes Alencar Júnior e Mayara Santos Brito **são os autores do terceiro artigo de temática livre, intitulado “O montante, o destino e a relevância do gasto social no Brasil - 2015 a 2017”**, pelo qual pretenderam desvendar e revelar o montante, o destino e a relevância do gasto social no Brasil no período de 2015 a 2017. Constaram que, no lapso temporal em questão, o gasto social foi levemente aumentado, sendo que as áreas de maior fluxo de recursos foram Direitos da Cidadania, Previdência Social e Assistência Social e que o gasto social é relevante na composição do gasto público e do PIB.

O artigo intitulado **“A Constituição Mexicana de 1917: do estado liberal à proteção social”**, de autoria de Otávio Morato de Andrade, foi o quarto artigo de tema livre aceito para publicação na 12ª edição da RDTPS. O trabalho analisa o contexto histórico

da promulgação da Carta Mexicana de 1917, a qual, ao atribuir *status* constitucional aos direitos sociais e econômicos, inspirou outras Constituições ao redor do mundo a assim procederem, com importante reflexos nas relações de trabalho, em especial no que é pertinente a sua proteção.

Rosana Mirales é a autora do artigo “**O processo mundial de acumulação e as suas crises**”, quinto texto aceito para publicação na parte da revista que abriga os trabalhos de temas livres. O artigo, ao analisar as crises estruturais do capitalismo e da produção destrutiva, chega à conclusão de que a crise de 2008, como exemplo de ocorrência de uma delas, traz referenciais para o estudo de seus desdobramentos históricos, como a crise sanitária do coronavírus.

O sexto artigo dentre os de tema livre é aquele intitulado “**Trabalho análogo ao escravo. Uma análise a partir do Recurso Ordinário n.º 0000450-57.2017.5.23.0041.TRT. 23ª Região**”, de autoria de Vanessa Rosin Figueiredo e Saul Duarte Tibaldi. Os autores se utilizam de acórdão prolatado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região para discutir o dissenso jurisprudencial existente quanto à caracterização do trabalho escravo contemporâneo, em especial no tocante à necessidade da ocorrência de cerceio da liberdade do trabalhador, isso à luz da legislação interna e internacional.

Osvaldo Vaz Furtado, Guillermo Javier Díaz Villavicencio e Daniel Teotonio do Nascimento são os autores do artigo “**Previdência Social: uma análise comparativa entre Brasil e São Tomé e Príncipe**”, o qual, como o próprio título deixa evidenciado, objetiva analisar as principais semelhanças e diferenças dos sistemas previdenciários dos dois países. Concluíram que, muito embora a realida-

de dos sistemas seja diferente, ambos estão buscando formas de evitar problemas futuros, causados por problemas sociais do presente, como a baixa renda da população que limita acesso a proventos de aposentadoria dignos.

Por fim, como enunciado anteriormente, para fechar com chave de ouro esse número da RDTPS, **é trazida à lume a entrevista** realizada pela editora da RDTPS, a Prof. Dra. Marluce Souza e Silva com a Prof. Dra. Andreia Oliveira, da UNB, tratando sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) e a imprescindibilidade de sua existência para a garantia do direito à saúde de forma universal.

Boa leitura!!!

**Prof. Dra. Carla Reita Faria Leal**